

GT14: Antropologia dos Grandes Projetos: efeitos, conflitos e práticas de poder

Deborah Bronz, Raquel Oliveira

Desde a década de 1980, a antropologia brasileira tem se debruçado sobre os efeitos sociais de grandes projetos, examinando os processos dramáticos de mudança socioambiental desencadeados pela construção de hidrelétricas. Inicialmente com foco sobre a atuação do setor elétrico, as experiências de deslocamento compulsório e as formas de mobilização e resistência organizadas, essa literatura permitiu a problematização da noção gerencial de "impacto" e apontou a importância do exame etnográfico de tais processos eminentemente conflituos. Mais recentemente, ampliando tais abordagens para os estudos dos conflitos ambientais e das práticas de poder, a temática ganha relevância renovada, tendo em vista a intensificação da desregulação no campo ambiental, o contexto de multiplicação dos grandes projetos - extrativos, de infraestrutura, agroindustriais - e a recorrência dos desastres a eles associados. Este grupo de trabalho pretende reunir pesquisadores dedicados à compreensão dos conflitos ambientais, dos desastres, ao exame dos processos de violação de direitos e das iniciativas e estratégias políticas de enfrentamento mobilizadas pelas populações atingidas. Convidamos, ainda, antropólogos dedicados à análise das práticas de estado, institucionais e empresariais associadas aos grandes projetos, ligadas ao planejamento, à promoção da responsabilidade social corporativa e às estratégias de prevenção, pacificação ou domesticação dos conflitos.

Grandes projetos na Amazônia: elementos para compreensão da construção de um consenso desenvolvimentista ao longo do tempo

Autoria: Tayanná Santos de Jesus Sbrana

O presente trabalho analisa a construção de um consenso desenvolvimentista na Amazônia, mediante investigação da atuação de quatro cientistas inseridos em instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento em atividade durante a Ditadura Militar, algumas delas em funcionamento até a atualidade. Os cientistas Clara Pandolfo, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Armando Mendes, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Roberto Santos, do Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp) e Marcelino Monteiro, do Banco de Desenvolvimento da Amazônia (BASA S.A.) contribuíram, de distintas formas, para a construção de programas e projetos de desenvolvimento na Amazônia durante os anos 1964 a 1985. Sua atuação nas referidas instituições é compreendida, por nós, como um importante aspecto de uma construção amazônica do pensamento desenvolvimentista, já que conforme Violeta Loureiro (2022), esses cientistas podem ser identificados como uma geração intelectual cujos trabalhos se direcionavam para compreender o desenvolvimento e implementá-lo na Amazônia a partir de traduções regionais dos anseios centrais da Ditadura Militar. No interior dessa elaboração teórica e prática foram construídos elementos que, ao longo do tempo, condicionaram variadas atuações perpetradas por instituições e governos, conduzindo o desenvolvimentismo na Amazônia e construindo um consenso em torno do desenvolvimento enquanto necessidade que dura até a contemporaneidade, embasando a concepção de projetos hoje, como o Matopiba. O trabalho apontará elementos para compreender essa longa duração de um consenso e como o campo científico amazônico, de distintas maneiras, empenhou-se em implementar o desenvolvimento regionalmente, fundamentando ações governamentais e institucionais, cujos frutos são vistos ainda hoje, mediante vários conflitos resultantes dos embates entre comunidades, empresas e governos na Amazônia. O referencial teórico e metodológico é interdisciplinar, construído no âmbito do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma), a partir das ferramentas advindas

da História do Tempo Presente, da Antropologia e da Sociologia do Desenvolvimento e da Teoria da História, tendo como fontes básicas documentação escrita, como obras de autoria dos quatro cientistas elencados, produção institucional dos quatro órgãos apontados, o I, II e III Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) e entrevistas.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

